



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo
Tecnologia da Informação

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'H08', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

O conceito de indústria cultural foi criado por Adorno e Horkheimer, dois dos principais integrantes da Escola de Frankfurt. Em seu livro de 1947, *Dialética do esclarecimento*, eles conceberam o conceito a fim de pensar a questão da cultura no capitalismo recente. Na época, estavam impactados pela experiência no país cuja indústria cultural era a mais avançada, os Estados Unidos, local onde os dois pensadores alemães refugiaram-se durante a Segunda Guerra.

Segundo os autores, a cultura contemporânea estaria submetida ao poder do capital, constituindo-se num sistema que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios – como a televisão, a novidade daquele momento –, que tenderia a conferir a todos os produtos culturais um formato semelhante, padronizado, num mundo em que tudo se transformava em mercadoria descartável, até mesmo a arte, que assim se desqualificaria como tal. Surgiria uma cultura de massas que não precisaria mais se apresentar como arte, pois seria caracterizada como um negócio de produção em série de mercadorias culturais de baixa qualidade. Não que a cultura de massa fosse necessariamente igual para todos os estratos sociais; haveria tipos diferentes de produtos de massa para cada nível socioeconômico, conforme indicações de pesquisas de mercado. O controle sobre os consumidores seria mediado pela diversão, cuja repetição de fórmulas faria dela um prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.

Muito já se polemizou acerca dessa análise, que tenderia a estreitar demais o campo de possibilidades de mudança em sociedades compostas por consumidores supostamente resignados. O próprio Adorno chegou a matizá-la depois. Mas o conceito passou a ser muito utilizado, até mesmo por quem diverge de sua formulação original. Poucos hoje discordariam de que o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural", no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Feita a constatação da amplitude alcançada pela indústria cultural contemporânea, são várias as possibilidades de interpretá-la. Há estudos que enfatizam o caráter alienante das consciências imposto pela lógica capitalista no âmbito da cultura, a difundir padrões culturais hegemônicos. Outros frisam o aspecto da recepção do espectador, que poderia interpretar criativamente – e não de modo resignado – as mensagens que lhe seriam passadas, ademais, de modo não unívoco, mas com multiplicidades possíveis de sentido.

(RIDENTI, Marcelo. **Indústria cultural: da era do rádio à era da informática no Brasil**. In: Agenda brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 292 a 301)

1. No contexto, identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, entre
 - (A) o fato de Adorno e Horkheimer terem concebido o conceito de indústria cultural e o modo como pensaram a questão da cultura no capitalismo recente.
 - (B) o fato de tudo ter se transformado em mercadoria descartável no capitalismo recente e a arte ter sido desqualificada como tal.
 - (C) o caráter alienante da cultura hegemônica no capitalismo e a interpretação criativa que o espectador crítico desenvolve.
 - (D) a pequena amplitude da indústria cultural contemporânea e a resignação forçada dos consumidores diante da repetição de produtos e temas.
 - (E) a repetição de fórmulas culturais já desgastadas e o tédio dos consumidores diante da falta de opções instigantes.
2. O próprio Adorno chegou a matizá-la depois. (3º parágrafo)
... são várias as possibilidades de interpretá-la. (4º parágrafo)
... as mensagens que **lhe** seriam passadas... (4º parágrafo)
Os pronomes destacados acima referem-se, no contexto, respectivamente, a
 - (A) análise - indústria cultural contemporânea - espectador
 - (B) mudança - constatação - recepção
 - (C) análise - constatação - aspecto
 - (D) mudança - formulação original - espectador
 - (E) diversão - indústria cultural contemporânea - recepção
3. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em:
 - (A) ... que poderia interpretar criativamente... (4º parágrafo)
 - (B) ... os Estados Unidos... (1º parágrafo)
 - (C) ... que assim se desqualificaria como tal. (2º parágrafo)
 - (D) ... padronizado... (2º parágrafo)
 - (E) ... que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios... (2º parágrafo)



4. Uma **redação** alternativa para um segmento do texto, em que se mantêm a correção e a lógica, está em:
- (A) Alguns estudos reforçam o aspecto da recepção do espectador, o qual poderia interpretar criativamente as mensagens, adquirindo sentidos múltiplos de maneira não uniforme e não resignado.
 - (B) Mesmo que o conceito de indústria cultural tenha passado a ser muito utilizado, ainda haviam aqueles que discordavam de sua formulação.
 - (C) O controle sobre os consumidores seria mediado pela repetição de fórmulas, a qual faria que a arte, em vez de diversão representasse o prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.
 - (D) Os pensadores alemães estavam, na época, sob o impacto da vida nos Estados Unidos, país que possuía a mais avançada indústria cultural e local onde se refugiaram durante a Segunda Guerra.
 - (E) A teoria proposta pelos pensadores alemães já foi muito discutida, e a partir dela o campo de possibilidade de mudanças nas sociedades compostas por consumidores resignados tenderiam a se estreitar demais.
-

5. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido original substituindo-se

- (A) *conforme* por "como demonstra" (2º parágrafo).
 - (B) *además* por "em demasia" (4º parágrafo).
 - (C) *a fim de* por "para" (1º parágrafo).
 - (D) *acerca* por "quanto a" (3º parágrafo).
 - (E) *pois* por "por que" (2º parágrafo).
-

6. ... que enfatizam o caráter alienante das consciências...

O verbo que, no contexto, possui o mesmo tipo de complemento do sublinhado acima está empregado em:

- (A) ... *haveria* tipos diferentes de produtos de massa...
 - (B) *Surgiria* uma cultura de massas...
 - (C) *Poucos* hoje discordariam de que...
 - (D) *Não* que a cultura de massa fosse necessariamente igual...
 - (E) ... o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural"...
-

7. ... no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

- (A) pode ser constatado.
 - (B) podem ser constatados.
 - (C) constata-se.
 - (D) pode ser constatada.
 - (E) constata-se.
-

8. As normas de concordância estão plenamente respeitadas em:

- (A) Cada uma das expressões dos produtos da indústria cultural reproduzem as pessoas tais como foram estereotipadas pela indústria como um todo.
 - (B) Na atual era da informática, o uso de computadores pessoais e de diversos recursos interativos levanta novas questões para a indústria cultural.
 - (C) Com o fim de preencherem todos os sentidos dos trabalhadores de modo útil ao capital, a cultura teria passado ao domínio da racionalidade administrativa.
 - (D) A história da indústria cultural, nos países de industrialização recente, confundem-se com as da própria implantação tardia da indústria.
 - (E) Como sistema mundial, a indústria da cultura não se restringe ao centro e impõem-se também em nações periféricas.
-



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 9 a 13.

Não surpreende que, em todo lugar, esteja em curso uma corrosão do sono, dada a dimensão do que está economicamente em jogo.

Já em meados do século XVII, a incompatibilidade do sono com noções modernas de produtividade passou a ser notada. Descartes, Hume e Locke foram apenas alguns dos filósofos que apontavam para a sua irrelevância na busca do conhecimento.

Última das "barreiras naturais", para usar a expressão de Marx, à completa realização do capitalismo "24 horas", o sono não pode ser eliminado. Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo.

Pesquisas recentes mostram que cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite para verificar mensagens ou informações. Uma figura de linguagem recorrente e aparentemente inócua é o sleep mode [modo de hibernação], inspirada nas máquinas. A ideia de um aparelho em modo de consumo reduzido e de prontidão transforma o sentido mais amplo do sono em mera condição adiada ou diminuída de operacionalidade.

O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento da proteção social em outras esferas. Estado mais privado e vulnerável de todos, o sono depende crucialmente da sociedade para se sustentar. Um dos exemplos vívidos da insegurança do estado de natureza no Leviatã de Thomas Hobbes é a vulnerabilidade de um indivíduo adormecido diante dos inúmeros perigos de cada noite. Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem, não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.

Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono – na reciprocidade entre vulnerabilidade e confiança, entre exposição e proteção.

(Adaptado de: **Revista Piauí**. Ed. 96, 09/14)

9. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) O indivíduo adormecido, consoante a proposição de Thomas Hobbes, deve estar em constante estado de alerta ou "modo de hibernação", dada sua vulnerabilidade extrema.
- (B) O autor constata que a sociedade moderna deve aumentar a qualidade do sono de seus indivíduos, na medida em que este é compreendido como fenômeno fisiológico crucial para a saúde.
- (C) A figura de linguagem a que o autor se refere no quarto parágrafo contradiz a ideia de que o sujeito do capitalismo é valorizado pelo aumento de sua produtividade.
- (D) Marx corrobora a ideia dos filósofos citados, segundo a qual o sono, um obstáculo natural ao desenvolvimento pleno da sociedade capitalista "24 horas", é irrelevante.
- (E) A proteção e guarda de outros membros da sociedade é fundamental para que o indivíduo possa entregar-se ao sono, livre de preocupações e temores reais e imaginários.

10. O termo cujo sentido no contexto reflete o ponto de vista do autor do texto é:

- (A) *vulnerabilidade* (5º parágrafo).
- (B) *irrelevância* (2º parágrafo).
- (C) *despojado* (3º parágrafo).
- (D) *dimensão* (1º parágrafo).
- (E) *aglutinam* (6º parágrafo).

11. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. No segmento *Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo* (3º parágrafo), uma vírgula pode ser acrescentada imediatamente após "métodos" sem prejuízo da correção e do sentido.
- II. O segmento *e aparentemente inócua* (4º parágrafo) pode ser isolado por vírgulas, sem prejuízo da correção.
- III. Sem prejuízo da correção e do sentido, as vírgulas que isolam o segmento *para usar a expressão de Marx* podem ser suprimidas. (3º parágrafo)

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I e III.

12. A flexão do verbo destacado encontra justificativa no segmento sublinhado em:

- (A) ... uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem.
- (B) Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono...
- (C) O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento...
- (D) ... não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.
- (E) ...cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite...

13. Considerando-se o contexto, está correto o que se afirma em:

- (A) Tanto a expressão *Última das "barreiras naturais"* como o pronome destacado em *destruí-lo* referem-se ao sono. (3º parágrafo)
- (B) O termo *inócua* foi empregado com o sentido de "prejudicial". (4º parágrafo)
- (C) A preposição "para" está empregada com a mesma acepção nos seguintes segmentos: *para verificar mensagens ou informações* (4º parágrafo) e *oferecer segurança para os que dormem* (5º parágrafo).
- (D) Mantêm-se o sentido original e a correção substituindo-se a conjunção sublinhada em *Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade...* por "Porquanto". (5º parágrafo)
- (E) Sem prejuízo da correção e do sentido, o segmento *O dano ao sono* pode ser substituído por "A supressão à vigília". (5º parágrafo)



14. Está INCORRETA a **redação** do período que se encontra em:
- (A) O fato de passarmos dormindo um bom período de nossas vidas subsiste como uma das grandes afrontas humanas à voracidade do modo de produção capitalista contemporâneo.
- (B) Pesquisadores de diversas universidades têm investigado a atividade cerebral dos pássaros durante longos períodos de vigília, com a esperança de obter conhecimentos e descobrir como as pessoas poderiam permanecer sem dormir.
- (C) Até o início do século XVII, ainda se encontra resquícios de uma hierarquia que distinguia as capacidades sobre-humanas do soberano, cujos poderes, oniscientes, ao menos simbolicamente não sucumbiam as condições desabilitadoras do sono.
- (D) A maioria das necessidades aparentemente irredutíveis da vida humana, como a fome, a sede e, recentemente, a necessidade de amizade, transformou-se em mercadoria ou investimento.
- (E) O sono afirma a ideia de um intervalo de tempo que não pode ser colonizado nem submetido a um mecanismo de lucratividade, e, desse modo, permanece uma anomalia e um foco de crise no presente global.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 15 a 20.

O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás, é considerado o segundo maior bioma brasileiro. Ao viajar pelo estado, chama a atenção quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê. Entretanto, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.

Professor de agronomia da Universidade Federal de Goiás, Wilson Mozena acredita que esse cenário de preocupação ambiental vem mudando, principalmente com projetos como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra. O pesquisador explica que os sistemas de integração e de plantio direto promovem benefícios vitais para o solo. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta, colocando, por exemplo, milho junto com eucalipto, auxilia tanto no “sequestro” do carbono como na manutenção de uma terra fértil. “Nesse sistema, junto com o milho, planta-se a semente da forrageira [planta usada para alimentar o gado]. O milho nasce e essa planta fica na sombra até quando o milho é colhido para o gado pastar, explica.

Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Quando a terra é arada os restos são incorporados e os micro-organismos que decompõem esses restos morrem sem alimento e o carbono vai para a atmosfera. “Quando se deixam nutrientes no solo, os micro-organismos aumentam para decompor os nutrientes e ficam na terra se alimentando. O carbono permanece com eles, não subindo para a atmosfera”.

(Adaptado de: MARCELINO, Sarah Teófilo. “Fazenda em Goiás mantém a esperança da preservação do cerrado”. Disponível em: <http://sustentabilidade.estadao.com.br>. Acessado em: 25/09/14)

15. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a monocultura, embora mais eficiente do que o plantio variado, é um sistema nocivo tanto para a terra como para a fauna.
- (B) a manutenção de uma reserva de alimentos para os micro-organismos da terra impede o carbono de retornar à atmosfera.
- (C) o cenário de devastação ambiental no cerrado, considerado o segundo maior bioma brasileiro, está intrinsecamente relacionado com o plantio do eucalipto
- (D) o uso de insumos necessários em solo pouco fértil, como o do cerrado, encarece a atividade agrícola, obrigando os produtores a adotar a monocultura.
- (E) a técnica de se arar a terra entre um plantio e outro é controversa, havendo quem acredite que tal prática deva ser incentivada.

16. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo correto em:
- (A) *para decompor os nutrientes* = para decompô-lo
- (B) *que cobre o estado de Goiás* = que lhe cobre
- (C) *que decompõem esses restos* = que lhes decompõem
- (D) *para diminuir a emissão de gases de efeito estufa* = para diminuí-los
- (E) *promovem benefícios vitais para o solo* = promovem-nos

17. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após
- (A) “carbono”, em *Já o sequestro do carbono...* (4º parágrafo)
- (B) “arada”, em *Quando a terra é arada...* (4º parágrafo)
- (C) “aumentam”, em *os micro-organismos aumentam...* (4º parágrafo)
- (D) “explica”, em *O pesquisador explica* (3º parágrafo)
- (E) “micro-organismos”, em *os micro-organismos que decompõem esses restos* (4º parágrafo)

18. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta... Mantendo-se a correção e, em linhas gerais, o sentido, o elemento grifado acima pode ser substituído por:
- (A) do qual
- (B) com o que
- (C) aonde
- (D) por meio do qual
- (E) cujo

19. Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão... O elemento que, no contexto, exerce a mesma função sintática que o grifado acima está também grifado em:
- (A) *Ao viajar pelo estado...*
- (B) *O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás...*
- (C) *... quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê.*
- (D) *... essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.*
- (E) *Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra.*



20. *Entretanto, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.*

Mantendo-se a correção e a o sentido, a conjunção sublinhada acima NÃO pode ser substituída por:

- (A) No entanto
- (B) Todavia
- (C) Nada obstante
- (D) Contudo
- (E) Conquanto

Noções de Direito Constitucional

21. Considere:

- I. O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos.
- II. O direito de petição aos Poderes Públicos contra ilegalidade ou abuso de poder.
- III. A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal e de terceiros.
- IV. A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos individuais indisponíveis pessoal e de terceiros.

De acordo com a Constituição Federal são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, as hipóteses indicadas APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

22. Genoval e Simone viajaram em suas férias para Paris objetivando visitar um casal de amigos. Simone, grávida, durante a viagem, sofreu um acidente automobilístico que antecipou o parto de seu filho, Bruno. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, apesar de Bruno ter nascido em Paris, será considerado brasileiro nato

- (A) imediatamente a partir de seu nascimento, desde que seja registrado em repartição brasileira competente, no prazo de cento e vinte dias a contar da data de seu nascimento.
- (B) imediatamente a partir de seu nascimento, independentemente de opção de nacionalidade ou registro em repartição brasileira.
- (C) desde que venha a residir na República Federativa do Brasil e opte no prazo de sessenta meses depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) desde que seja registrado em repartição brasileira competente e opte, no prazo de cento e vinte dias, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, independentemente de residir na República Federativa do Brasil.
- (E) desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

23. Jardim é Prefeito do Município XZA e pretende se candidatar para o cargo de Governador do Estado de Goiás na próxima eleição. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal, Jardim

- (A) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito.
- (B) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até nove meses antes do pleito.
- (C) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até doze meses antes do pleito.
- (D) não poderá candidatar-se ao cargo de Governador por expressa vedação constitucional, independentemente da renúncia ao mandato de Prefeito.
- (E) só poderá candidatar-se, se houver concordância expressa do Tribunal Superior Eleitoral, bem como renúncia ao respectivo mandato de Prefeito a qualquer tempo.

24. Considere os seguintes atos:

- I. aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- II. autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- III. proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- IV. fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados, os atos indicados APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

25. Um terço dos Ministros do Tribunal de Contas da União será escolhido

- (A) pela Câmara dos Deputados.
- (B) pelo Senado Federal, com aprovação do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, com aprovação do Supremo Tribunal Federal.
- (D) pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.
- (E) pelo Senado Federal com aprovação do Supremo Tribunal Federal.



26. Considere hipoteticamente as seguintes pessoas: Carla; Núbio e Valentino. Carla é Presidente do Senado Federal; Núbio é Presidente da Câmara dos Deputados e Valentino é Presidente do Supremo Tribunal Federal. Em caso de impedimento do Presidente da República e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, é certo que
- (A) a última a ser chamada ao exercício da Presidência será Carla.
- (B) o primeiro a ser chamado ao exercício da Presidência será Núbio.
- (C) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, Valentino, Carla e Núbio.
- (D) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, Carla, Núbio e Valentino.
- (E) a primeira a ser chamada ao exercício da Presidência será Carla.
-
27. Processar e julgar originariamente nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade os membros dos Tribunais de Contas dos Estados é competência do
- (A) Tribunal de Justiça do Estado e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- (D) Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (E) Superior Tribunal de Justiça.
-
28. Considere:
- I. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
- II. Juiz Federal.
- III. Advogado legalmente habilitado.
- IV. Cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- De acordo com a Constituição Federal, poderão fazer parte da composição do Conselho Nacional de Justiça os indicados em
- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II e III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.
-
29. Considere a seguinte situação hipotética: X é Presidente da República e está sendo acusado pela prática de crime de responsabilidade. Neste caso, no tocante às suas funções, X
- (A) ficará suspenso após o recebimento da denúncia pelo Congresso Nacional.
- (B) ficará suspenso após o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) não ficará suspenso, uma vez que a Constituição Federal veda a suspensão de funções do cargo de Presidente da República.
- (D) ficará suspenso após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- (E) ficará suspenso após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.
-
30. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás serão escolhidos:
- (A) três pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (B) cinco pela Assembleia Legislativa e dois pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (C) quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (D) três pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Governador, com aprovação do Tribunal de Justiça do Estado.
- (E) quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação do Tribunal de Justiça do Estado.
-
- Noções de Direito Administrativo**
31. Um dos princípios básicos da Administração pública, além de consagrado explicitamente na Constituição Federal, quando trata dos princípios que norteiam a atuação administrativa, também consta implicitamente ao longo do texto constitucional, como por exemplo, quando a Carta Magna exige que o ingresso em cargo, função ou emprego público dependerá de concurso público, exatamente para que todos possam disputar-lhes o acesso em plena igualdade. Do mesmo modo, ao estabelecer que os contratos com a Administração direta e indireta dependerão de licitação pública que assegure igualdade de todos os concorrentes. Trata-se do princípio da
- (A) proporcionalidade.
- (B) publicidade.
- (C) eficiência.
- (D) motivação.
- (E) impessoalidade.
-
32. Enzo, servidor público e chefe de determinada repartição pública, na mesma data, editou dois atos administrativos distintos, quais sejam, uma certidão e uma licença. No que concerne às espécies de atos administrativos, tais atos são classificados em
- (A) ordinatórios e negociais, respectivamente.
- (B) enunciativos.
- (C) negociais.
- (D) enunciativos e negociais, respectivamente.
- (E) normativos e ordinatórios, respectivamente.



33. Isis, servidora pública, praticou ato administrativo com vício de finalidade (o ato não tinha finalidade pública; visava interesses particulares). Em razão do vício e após provocação dos interessados, o aludido ato foi invalidado pelo Poder Judiciário. A propósito do tema, é correto afirmar que
- (A) a invalidação em questão não poderia ter sido feita pelo Judiciário.
- (B) o procedimento adequado para o caso seria a revogação do ato administrativo.
- (C) a invalidação, quando feita pela própria Administração pública, independe de provocação do interessado.
- (D) se trata de vício sanável, portanto, não era hipótese de invalidação do ato administrativo.
- (E) a invalidação em questão produz efeitos *ex nunc*.
34. Após procedimento licitatório na modalidade convite, a Administração pública celebrou contrato verbal com empresa de hortifrutigranjeiros para a compra de produtos, feita em regime de adiantamento, sendo o valor contratual equivalente a R\$ 4.000,00. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o contrato em questão é
- (A) nulo, pois é nulo e de nenhum efeito qualquer contrato verbal celebrado com a Administração pública.
- (B) válido.
- (C) parcialmente nulo, pois não pode ultrapassar o montante de dois mil reais, podendo ser mantido até que atinja tal montante.
- (D) nulo, pois não se aplica para a compra de produtos, sobretudo perecíveis.
- (E) parcialmente nulo, pois não pode ultrapassar o montante de três mil reais, podendo ser mantido até que atinja tal montante.
35. A empresa MM Engenharia Ltda., contratada pela Administração Pública para a execução de importante obra pública, executou fielmente o contrato, sendo o objeto recebido definitivamente pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de vistoria que comprovou a adequação do objeto aos termos contratuais, observados os demais requisitos dispostos na Lei nº 8.666/1993.
- O prazo a que alude o enunciado, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital, NÃO poderá ser superior a
- (A) 90 dias.
- (B) 100 dias.
- (C) 120 dias.
- (D) 150 dias.
- (E) 180 dias.
36. Determinado Município Goiano, ao realizar procedimento licitatório na modalidade Concurso, publicou o respectivo edital trinta dias antes da realização do certame. Além disso esclareceu que os vencedores seriam remunerados, exclusivamente, por meio da instituição de prêmios. A propósito das condutas realizadas pelo Município e nos termos da Lei nº 8.666/1993,
- (A) a segunda conduta estará correta se os prêmios forem em pecúnia com valor superior a cinquenta mil reais.
- (B) ambas as condutas estão incorretas.
- (C) apenas a segunda conduta está incorreta.
- (D) ambas as condutas estão corretas.
- (E) apenas a primeira conduta está incorreta.
37. Considere as seguintes assertivas acerca do pregão, de âmbito federal:
- I. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- II. A lei não exige que o pregoeiro dê acesso aos demais licitantes acerca dos dados constantes no SICAF sobre o licitante de melhor proposta, por ser competência única e exclusiva da Comissão licitante.
- III. No pregão, a fase de habilitação deve ocorrer antes da etapa competitiva de oferta dos lances.
- Está correto o que consta em
- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.
38. Considere a seguinte situação hipotética: a União Federal e mais três Estados da Federação (Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo) celebraram consórcio público para a realização de objetivos de interesse comum. No caso, o consórcio público constituiu uma associação pública. Assim, nos termos da Lei nº 11.107/2005, o aludido consórcio público tem personalidade jurídica de direito
- (A) privado e integra a Administração indireta da União Federal.
- (B) público e integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- (C) privado e integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- (D) público e integra a Administração indireta apenas da União Federal.
- (E) privado e integra a Administração direta da União Federal.



39. Tendo em vista o preenchimento dos requisitos descritos na Lei nº 9.790/1999 (Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação da OSCIP, deverá formular requerimento a determinado Ministério, instruído com cópias autenticadas de alguns documentos. O referido Ministério e um dos documentos exigidos pela citada lei são:
- (A) Ministério da Justiça e a declaração de isenção do imposto de renda.
 - (B) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o estatuto registrado em cartório.
 - (C) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a ata de eleição de sua atual diretoria.
 - (D) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a demonstração do resultado do exercício.
 - (E) Ministério da Defesa e a inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.
-
40. A União Federal pretende celebrar contrato de parceria público-privada, visando unicamente a execução de importante obra pública. Para a contratação, dispõe do montante de quinze milhões de reais. Assim, foi publicado o respectivo edital de tomada de preços, de modo a ser selecionada a empresa que melhor atenda ao interesse público. Neste caso, o contrato de parceria público-privada NÃO é cabível, tendo em vista o
- (A) objeto da contratação e o tipo de licitação adotado, apenas.
 - (B) valor da contratação, apenas.
 - (C) tipo de licitação adotado, apenas.
 - (D) objeto da contratação, o valor da contratação e o tipo de licitação adotado.
 - (E) valor da contratação e tipo de licitação adotado, apenas.
-

Controle Externo

41. No exame das contas prestadas por determinado ente público, referente ao exercício de 2013, foram constatadas algumas irregularidades. Com relação ao controle externo do Estado de Goiás, nos termos da Constituição Estadual, considere:
- I. Será exercida pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
 - II. Será exercida pela Controladoria Geral do Estado, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
 - III. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 - IV. As contas prestadas anualmente pelo Governador serão julgadas pela Assembleia Legislativa, mediante voto de 3/5 de seus membros.
 - V. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento e publicado no Diário Oficial do Estado.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, III e V.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I e III.



<p>42. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás compete, entre outros,</p> <p>I. Apreciar e emitir parecer prévio nas contas anuais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.</p> <p>II. Fiscalizar as contas de consórcios públicos, de empresas de cujo capital social o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo.</p> <p>III. Fiscalizar a arrecadação da receita do Estado e de suas entidades da administração indireta, verificando, quanto à prestação e eficácia, a cobrança da dívida ativa e a renúncia de receitas.</p> <p>IV. Apreciar, mediante parecer prévio, as contas anuais prestadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos.</p> <p>V. Julgar as contas daqueles que derem causa a perda, dano, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao Erário Municipal ou a seu patrimônio.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) I, II, III, IV e V.</p> <p>(B) I, II, III e V, apenas.</p> <p>(C) II, III e IV, apenas.</p> <p>(D) I, II, e IV, apenas.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p>	<p>44. Os Tribunais de Contas, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, fiscalizarão a gestão fiscal, com ênfase, no que se refere, entre outros,</p> <p>(A) os limites e condições para abertura de créditos especiais destinados as despesas de caráter emergenciais e as inscrições em restos a pagar.</p> <p>(B) o cumprimento da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.</p> <p>(C) o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e as providências tomadas, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites.</p> <p>(D) a aplicação de recursos vinculados e a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos.</p> <p>(E) o atingimento das metas de arrecadação estabelecidas na Lei Orçamentária Anual – LOA e as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite.</p>
<p>43. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. É correto afirmar que a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado abrange, entre outros</p> <p>(A) aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Municipal.</p> <p>(B) os dirigentes ou liquidantes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Estado.</p> <p>(C) os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos da União.</p> <p>(D) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.</p> <p>(E) os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam recursos federais e prestem serviço de interesse público ou social.</p>	<p>45. Integram o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos da Lei nº 16.168/2007 (com alterações posteriores):</p> <p>I. Plenário, Câmaras, Presidência, Vice-presidência.</p> <p>II. Assessoria Jurídica, Secretaria de Informática, Secretaria de Fiscalização e Controle.</p> <p>III. Corregedoria Geral; Conselheiros, Auditores.</p> <p>IV. Secretaria Diretoria Geral, Secretaria de Administração, Corpo Técnico e Serviços Auxiliares.</p> <p>V. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Serviços Técnicos e Administrativos.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, III e V.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e V.</p> <p>(E) I, II e V.</p>
	<p>46. A sede administrativa do Governo do Estado foi acometida por fortes chuvas, destruindo documentos. Esse fato tornou as contas ilíquidáveis. Nesse caso, o Tribunal</p> <p>(A) julgará as contas regulares.</p> <p>(B) emitirá parecer prévio favorável.</p> <p>(C) ordenará o trancamento das contas e o arquivamento do processo.</p> <p>(D) realizará tomada de contas especial.</p> <p>(E) instaurará inspeção permanente.</p>



47. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos do Regimentos Interno, entre outros
- (A) julgar, as licitações e contratos, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.
 - (B) apreciar, as tomadas de contas, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.
 - (C) fiscalizar as receitas e despesas das empresas contratadas pela administração direta, para execução de obras e serviços públicas.
 - (D) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, de irregularidade de contas ou atraso em sua prestação, as sanções previstas na Lei Orgânica, e na forma do Regimento, sem prejuízo de outras dispostas em lei.
 - (E) apreciar, mediante parecer prévio, a ser elaborado em 60 dias, a contar do seu recebimento as contas dos administradores.

48. Ao julgar a prestação ou tomada de contas, o Tribunal de Contas do Estado Goiás decidirá, quanto ao mérito, se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares, exceto na hipótese de serem consideradas ilíquidáveis. Nestas condições, é correto afirmar que as contas serão julgadas regulares, com ressalvas quando

- (A) houver omissão no dever de prestar contas.
- (B) evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.
- (C) comprovada ocorrência de dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.
- (D) comprovada a ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.
- (E) expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.

49. Às decisões proferidas nos processos em tramitação no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, cabem os seguintes recursos

- (A) agravo, embargos de declaração, apelação, pedido de anulação.
- (B) recurso de reconsideração, embargos de declaração, apelação, pedido de retificação.
- (C) agravo, embargos de declaração, pedido de retificação, embargos de divergência.
- (D) recurso de reconsideração, pedido de reexame, apelação, embargos de divergência.
- (E) recurso de reconsideração, pedido de reexame, embargos de declaração, agravo.

50. As contas dos órgãos da administração direta e as contas dos Fundos Especiais e das entidades da administração indireta, inclusive de Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo poder público, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, serão apresentadas, respectivamente, sob a forma de

- (A) contas anuais e prestação de contas.
- (B) tomada de contas e contas de gestão.
- (C) contas anuais e tomada de contas.
- (D) tomada de contas e prestação de contas.
- (E) prestação de contas e contas de gestão.

Legislação Específica do Estado de Goiás

51. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é permitido ao Conselheiro
- (A) exercer cargo técnico ou de direção de sociedade civil.
 - (B) participar de sociedade comercial como acionista ou cotista sem ingerência.
 - (C) exercer comissão remunerada ou não, inclusive em órgãos de controle da Administração direta e indireta.
 - (D) dedicar-se à atividade político-partidária.
 - (E) atuar em processo de interesse de parente afim, em linha colateral de segundo grau.

52. No tocante as contas anuais do Governador, considere:

- I. As contas anuais prestadas pelo Governador deverão ser encaminhadas primeiramente à Assembleia Legislativa e, após 30 dias, ao Tribunal de Contas.
- II. As contas prestadas pelo Governador incluirão, além das do Poder Executivo, as dos Chefes dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Chefe do Ministério Público, do Tribunal de Contas dos Municípios e as do Tribunal de Contas do Estado, as quais receberão parecer prévio, separadamente.
- III. A emissão dos pareceres sobre as contas anuais dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público exclui a competência do Tribunal para o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis dos órgãos que compõem a Administração.

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

53. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, o Tribunal obedecerá a um recesso de suas atividades deliberativas do Plenário e das Câmaras, em período NÃO superior a

- (A) 15 dias, sendo que o recesso ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.
- (B) 16 dias, fixado em ato do Presidente, entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro.
- (C) 24 dias, fixado em ato do Presidente, entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro.
- (D) 30 dias, sendo que o recesso ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.
- (E) 30 dias, sendo que o recesso não ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.

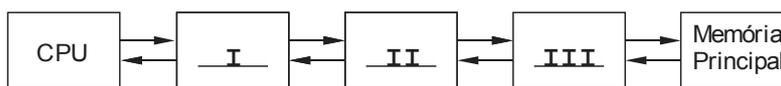


<p>54. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Proposta que o Tribunal deve encaminhar ao Poder Executivo, referente ao projeto de sua lei orçamentária anual, observada a legislação pertinente.II. A lista tríplice dos Auditores e dos membros da Procuradoria-Geral de Contas, para preenchimento de cargo de Conselheiro.III. Os Programas de Governo a serem avaliados em cada exercício.IV. Os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitação de contratos para compras e serviços, através de tomada de preços, de valor até R\$ 650.000,00. <p>De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é de competência do Plenário APENAS os indicados em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, II e III.(B) I e II.(C) II e III.(D) I, III e IV.(E) II e IV.	<p>58. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, o não atendimento de quaisquer das condições estabelecidas para o estágio probatório implicará na</p> <ul style="list-style-type: none">(A) exoneração imediata, mediante comunicação ao funcionário nomeado, com antecedência mínima de 10 dias da publicação oficial.(B) exoneração imediata do funcionário nomeado tendo em vista disposição legal expressa neste sentido, independentemente de prévia comunicação.(C) instauração, pela comissão responsável, do processo de exoneração do funcionário nomeado, que somente será concluído após a defesa deste, no prazo de 15 dias.(D) instauração, pela comissão responsável, do processo de exoneração do funcionário nomeado, que somente será concluído após a defesa deste, no prazo de 30 dias.(E) exoneração imediata, mediante comunicação ao funcionário nomeado, com antecedência mínima de 15 dias da publicação oficial.
<p>55. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, para disciplinar matéria referente ao exercício de suas atividades de fiscalização, que envolva pessoa física, órgão ou entidade sujeitos à sua jurisdição, o Tribunal poderá expedir</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Instrução Normativa ordinária.(B) Instrução Normativa extraordinária.(C) Parecer.(D) Ato Normativo integrado.(E) Resolução Normativa.	<p>59. Marta, funcionária pública estadual, é interessada em processo administrativo. Em razão da idade de Marta, 67 anos, o processo tramita com prioridade processual. Considerando que Marta é casada com João, que não possui filho bem como que ela faleceu semana passada ainda com o processo em curso, a prioridade de tramitação processual</p> <ul style="list-style-type: none">(A) estende-se para João.(B) encerra-se automaticamente com a morte de Marta.(C) só se estenderia para descendente ou ascendente, independentemente de suas idades.(D) só se estende para João caso ele possua mais de 60 anos.(E) só se estende para ascendente que possua mais de 65 anos.
<p>56. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Casamento, até 8 dias consecutivos.II. Licença para tratamento de saúde até o limite máximo de 36 meses.III. Convocação para o serviço militar.IV. Exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal. <p>De acordo com Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, considera-se como de efetivo exercício, além dos dias feriados ou em que o ponto for considerado facultativo, os afastamentos indicados APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) II e III.(B) I e IV.(C) I, III e IV.(D) I, II e IV.(E) III e IV.	<p>60. No tocante à competência, de acordo com a Lei Estadual nº 13.800/2001 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração pública do Estado de Goiás, considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Não podem ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.II. O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante, respeitados, em regra, os atos praticados ou decisões proferidas na vigência da delegação.
<p>57. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, ao funcionário que retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição e ao funcionário que coagir ou aliciar subordinado com o objetivo de natureza político-partidária será aplicada a pena disciplinar de</p> <ul style="list-style-type: none">(A) suspensão de até 90 dias e repreensão, respectivamente.(B) repreensão e suspensão de até 90 dias, respectivamente.(C) suspensão de até 90 dias.(D) repreensão.(E) demissão e suspensão, respectivamente.	<ul style="list-style-type: none">III. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.IV. Não será permitida, em nenhuma hipótese, a avoação temporária de competência atribuída. <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, III e IV.(B) II, III e IV.(C) I e III.(D) II e IV.(E) I, II e III.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

61. Considere a informação a seguir, que representa o uso de múltiplos níveis de memória *cache*:



I, II e III representam níveis de *cache* com as seguintes características:

	Tamanho	Velocidade
I	32 KB	Muito rápida
II	256 KB	Mais lenta que I
III	8 MB	Mais lenta que II

Desta forma I, II e III representam, respectivamente, memórias *cache*

- (A) DIPP, SIPP e SIMM.
- (B) L3, L2 e L1.
- (C) L1, L2 e L3.
- (D) L3, L1 e L2.
- (E) DDR, DDR2 e DDR3.

62. Com relação à organização da arquitetura de computadores, considere:

- I. Um grande número de registradores de propósito geral e/ou o uso de tecnologia de compiladores para otimizar o uso de registradores.
- II. Um conjunto de instruções simples e limitado, com formato fixo.
- III. Ênfase na otimização do *pipeline* de instruções.
- IV. Instruções de máquina interpretadas por um microprograma localizado em uma memória do circuito integrado do processador.

Embora os sistemas RISC tenham sido definidos e projetados de muitas maneiras e por grupos diferentes, os elementos compartilhados pela maioria dos projetos são os descritos APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.

63. Uma forma de melhorar o desempenho do sistema é usar múltiplos processadores que possam executar em paralelo para suportar certa carga de trabalho. Duas organizações mais comuns de múltiplos processadores são descritas a seguir:

- I. Consiste de vários processadores semelhantes dentro de um mesmo computador, interconectados por um barramento ou algum tipo de arranjo de comutação.
- II. Consiste em um grupo de computadores completos e interconectados trabalhando juntos, como um recurso computacional unificado que pode criar a ilusão de ser apenas uma máquina.

I e II são, respectivamente,

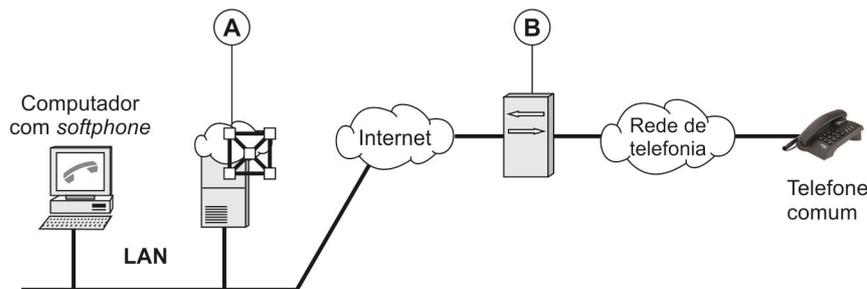
- (A) *Cluster* e *NonUniform Memory Access* (NUMA).
- (B) *Multithreading Data System* (MDS) e *Enterprise Service Bus* (ESB).
- (C) *Cluster* e *Symmetric MultiProcessing* (SMP).
- (D) *Multithreading Service Bus* (MSB) e *Symmetric MultiProcessing* (SMP).
- (E) *Symmetric MultiProcessing* (SMP) e *Cluster*.



64. Não ocorre *deadlock* em um sistema de multiprogramação em que
- (A) um recurso pode ser adquirido, exclusivamente, por um único processo por vez.
 - (B) um processo que obteve um recurso exclusivo pode reter este recurso enquanto espera para obter outros recursos.
 - (C) o sistema não pode retirar o recurso do controle do processo até que ele tenha terminado de utilizar o recurso.
 - (D) dois ou mais processos ficam travados em uma cadeia circular na qual cada processo espera por um ou mais recursos que o processo seguinte da cadeia detém.
 - (E) não houve compartilhamento de recursos.
-
65. A rede secundária ("*horizontal cabling*"), que é parte das redes locais instaladas em prédios, é composta pelos cabos de par trançado que ligam o armário de telecomunicações às tomadas nas quais são conectados os computadores da rede. Nesta parte da rede há três segmentos de cabo:
- I. O *patch cord* ligando o *switch* ao *patch panel*.
 - II. O cabo da rede secundária, ligando o *patch panel* à tomada na área de trabalho.
 - III. O cabo entre a tomada e o computador.
- Dentro dos padrões recomendados para instalação de redes locais em prédios, são medidas (em metros) adequadas para os segmentos I, II e III, respectivamente,
- (A) 6, 90, 3.
 - (B) 10, 100, 10.
 - (C) 15, 80, 10.
 - (D) 3, 98, 4.
 - (E) 5, 90, 10.
-
66. O principal motivo para a implantação do IPv6 é a necessidade de mais endereços, porque os endereços IPv4 disponíveis não são suficientes. No IPv6 os endereços
- (A) são representados por seis grupos de 16 *bits* separados por dois-pontos (:) e escritos com numeração hexadecimal.
 - (B) *anycast* identificam uma única interface, de modo que um pacote enviado a um endereço *anycast* seja entregue a uma única interface.
 - (C) *broadcast* não existem. No IPv4 eles eram responsáveis por direcionar um pacote para todos os nós de um mesmo domínio.
 - (D) *multicast* identificam um conjunto de interfaces de forma que um pacote enviado a esse endereço sejam entregues a todas as interfaces associadas a esse endereço.
 - (E) *multicast* são utilizados para identificar um grupo de interfaces, porém, com a propriedade de que um pacote enviado a um endereço *multicast* é encaminhado apenas à interface do grupo mais próxima da origem do pacote.
-
67. A camada de enlace do modelo OSI, também conhecida como camada de *link* de dados, recebe os pacotes de dados da camada de rede, transforma-os em quadros na camada de enlace e finalmente em tensões elétricas na camada física para serem transmitidos no meio físico. No caso da transição entre as camadas de rede e enlace, o quadro na camada de enlace será acrescido do endereço MAC da placa de rede de origem, do endereço MAC da placa de rede de destino, do CRC (*Cyclic Redundancy Check*) e
- (A) do LLC (*Logical Link Control*).
 - (B) do cabeçalho HTTP.
 - (C) do *hash* do *checksum*.
 - (D) de dados de controle.
 - (E) será criptografado.
-
68. É um protocolo do modelo TCP/IP que permite que os *hosts* e roteadores que usam a comunicação IP possam relatar erros e trocar informações de *status* e controle. Por meio de mensagens, este protocolo pode determinar se um *host* ou roteador está disponível na rede, pode informar que um datagrama não pode ser entregue etc.
- O protocolo descrito é o
- (A) ICMP.
 - (B) SMTP.
 - (C) ARP.
 - (D) UDP.
 - (E) RARP.



69. O esquema a seguir ilustra uma estrutura de comunicação VoIP entre um computador e um telefone comum.



No cenário apresentado, um computador equipado com um programa que possibilita as ligações em VoIP está conectado numa rede local (LAN) com o equipamento A. Primeiro, o computador descobre o equipamento A na rede, que envia ao computador seu endereço IP. O computador se registra com o equipamento A que, por sua vez, manda de volta uma mensagem de gerenciamento. Após aceitar a mensagem, o computador pede para o equipamento A largura de banda para iniciar a configuração da chamada, com o estabelecimento de uma conexão. Após a largura de banda ser liberada ao computador, ele envia outra mensagem com o número do telefone a ser chamado para o equipamento A, que confirma a solicitação da chamada e encaminha a informação para o equipamento B. Este, que é metade computador e metade comutador de telefonia, faz a chamada telefônica para o telefone comum. O telefone toca e o computador recebe o sinal indicando que ele está tocando. Quando o telefone é atendido, é enviada uma mensagem ao computador indicando que houve a conexão.

A e B são, respectivamente,

- (A) Gatekeeper e Gateway.
- (B) Multipoint Controller Unit e User Agent Server.
- (C) Gateway e Proxy Server.
- (D) Proxy Server e Softphone.
- (E) Softswitch e Softphone.

70. Ao utilizar o Banco de Dados torna-se necessário controlar os dados, sua manipulação e os seus usuários. Isso é feito através de um conjunto de aplicações de software que

- a) permitem o acesso aos dados de maneira simplificada;
- b) autorizam os acessos de múltiplos usuários às informações;
- c) controlam a manipulação dos dados presentes no banco de dados (inserção, supressão, modificação etc.).

Esses serviços são providos por

- (A) um ERP.
- (B) técnicas de Data Mining.
- (C) um SGBD.
- (D) um administrador de Banco de Dados.
- (E) um sistema de dados multidimensional.

71. Considere que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás possui um Banco de Dados relacional que tem uma tabela denominada **TCG_Info** que contém os campos: **Nome**, **CPF** e **Tipo_Certidao**. O comando SQL que permite que seja apresentado o número de diferentes tipos de certidão é:

- (A) `SELECT COUNT (Tipo_Certidao) FROM TCG_Info;`
- (B) `SELECT Tipo_Certidao, SUM (quantidade) FROM TCG_Info GROUP BY DISTINCT Tipo_Certidao;`
- (C) `SELECT COUNT (quantidade) FROM TCG_Info GROUP BY Tipo_Certidao;`
- (D) `SELECT SUM (quantidade) FROM TCG_Info GROUP BY Tipo_Certidao HAVING SUM (quantidade) >0;`
- (E) `SELECT COUNT (DISTINCT Tipo_Certidao) FROM TCG_Info;`

72. As ferramentas OLAP permitem efetuar a exploração dos dados de um *Data Warehouse* (DW). Em relação a este tema, é correto afirmar:

- (A) A análise multidimensional representa os dados como tabelas, de forma semelhante aos bancos de dados relacionais.
- (B) Combinando as dimensões, o usuário tem uma visão dos dados de um DW, podendo efetuar operações básicas como *slice and dice*, *drill down* e *roll up*.
- (C) O resultado das operações OLAP não permite a descoberta de tendências e cenários; isso é conseguido com sistemas ERP, capazes de transformar dados do DW em informações estratégicas.
- (D) As operações *slice and dice* realizam a alteração nos dados do DW modificando o nível de granularidade da consulta.
- (E) Para navegar nas dimensões do DW são utilizadas as operações *drill*, que não afetam o nível de granularidade da consulta.



73. Paulo trabalha com requisitos de sistemas. Ele está focado em um sistema mal documentado, que possui milhares de linhas de código, em que os requisitos mudam com frequência. Isso tem causado diversas paradas inesperadas no sistema decorrentes de alterações em partes do código que causam falhas em outras partes, aumentando muito o custo de manutenção do sistema. Observando tal situação, Paulo propôs o uso de uma disciplina da Engenharia de Requisitos que consiste na definição formal de uma metodologia que permita compreender e controlar as mudanças nos requisitos do sistema, denominada
- (A) Elicitação de Requisitos.
 - (B) Organização de Requisitos.
 - (C) Análise de Requisitos.
 - (D) Gerenciamento de Requisitos.
 - (E) Classificação de Requisitos.
-
74. Paula trabalha em uma empresa que aplica o CMMI-DEV versão 1.3, de acordo com a documentação oficial. A empresa encontra-se em um nível de maturidade em que o processo de Gerenciamento de Riscos permite identificar eficientemente problemas potenciais antes que eles ocorram, de forma que as atividades de tratamento de riscos possam ser planejadas e invocadas, quando necessário, ao longo do ciclo de vida dos produtos e projetos. Isso permite mitigar impactos adversos na obtenção dos objetivos. Todos os demais processos deste nível de maturidade e dos níveis de maturidade anteriores funcionam de maneira eficiente.
- A empresa na qual Paula trabalha encontra-se no nível de maturidade
- (A) gerenciado.
 - (B) definido.
 - (C) quantitativamente gerenciado.
 - (D) realizado.
 - (E) em otimização.
-
75. Em aplicações orientadas a objetos é possível construir diferentes tipos de classes, como
- (A) classes abstratas, que podem possuir construtores e serem instanciadas diretamente.
 - (B) interfaces, que podem possuir construtores e serem instanciadas diretamente.
 - (C) classes abstratas, que podem conter métodos implementados e assinaturas de métodos sem implementação.
 - (D) interfaces, que podem possuir constantes, variáveis e atributos privados.
 - (E) superclasses em relações de herança, que podem possuir métodos abstratos, mas não podem ser instanciadas diretamente.
-
76. A UML especifica um conjunto de diagramas para modelar sistemas orientados a objeto em suas várias perspectivas. Dois destes diagramas podem ser muito úteis para apresentar uma visão de nível mais alto do sistema, como:
- I. adequado para captar os requisitos funcionais de um sistema, ajudando no entendimento destes requisitos.
 - II. suporta e estimula o comportamento paralelo, sendo útil para modelagem de fluxo de trabalho e de processos, principalmente, processos de negócio.
- Os diagramas descritos em I e II são, correta e respectivamente, de
- (A) Casos de Uso e de Sequência.
 - (B) Comunicação e de Atividades.
 - (C) Componentes e de Sequência.
 - (D) Casos de Uso e de Atividades.
 - (E) Interação e de Distribuição.
-
77. Compiladores, montadores e ligadores são *softwares* que convertem programas de um formato de código (entrada) para um mais próximo ao formato executável compreendido pela máquina (saída). Os ligadores geram como saída
- (A) programas objeto.
 - (B) bibliotecas de programas semicompilados.
 - (C) programas em formato *bytecode*.
 - (D) programas executáveis em linguagem de máquina.
 - (E) programas compilados em código intermediário, mas ainda não executáveis.



78. Um programador Java deseja utilizar uma *array* bidimensional do tipo *String* para armazenar os nomes mostrados na representação a seguir:

		nomes	
0	Ana	Pedro	
1	Marcos	Paulo	
	0	1	

Para declarar a *array* e já armazenar os nomes em um ambiente de programação Java ideal, o programador deve escrever a instrução

- (A) `String [][] nomes = {{ "Marcos", "Paulo"}, {"Ana", "Pedro"} };`
- (B) `String [2][2] nomes = { ["Ana", "Pedro"], ["Marcos", "Paulo"] };`
- (C) `String [] [] nomes = { {"Ana", "Pedro"}, {"Marcos", "Paulo"} };`
- (D) `String [] [] nomes = { ["Ana", "Pedro"], ["Marcos", "Paulo"] };`
- (E) `String [2][2] nomes = { {"Ana", "Pedro"}, {"Marcos", "Paulo"} };`

79. Pedro trabalha na área que cuida da Segurança da Informação de uma empresa. Frente ao risco de indisponibilidade de uma aplicação, criou um servidor de *backup* para tentar garantir que as informações sejam replicadas, automaticamente, do servidor principal para o servidor *backup* de forma redundante. A estratégia utilizada por Pedro para tratar o risco é considerada como

- (A) aceitação do risco.
- (B) transferência do risco.
- (C) eliminação do risco.
- (D) especificação do risco.
- (E) mitigação do risco.

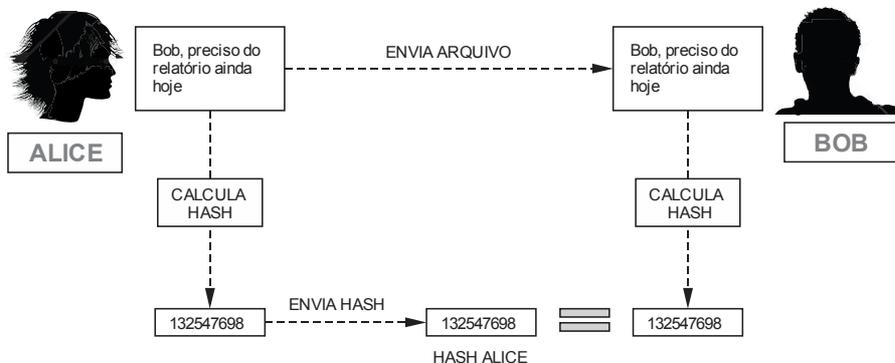
80. A melhor maneira de evitar ataques de *Cross-Site Scripting* (XSS) em aplicações *web* é

- (A) validar adequadamente as entradas de dados dos usuários.
- (B) criar sessões nos processos de autenticação de usuários.
- (C) utilizar linguagens de programação orientadas a objeto para garantir o encapsulamento dos dados.
- (D) criptografar dados nas transações entre cliente e servidor.
- (E) utilizar, nos formulários, nomes de variáveis diferentes dos nomes dos campos da tabela do banco de dados.

81. Ao tentar entrar em alguns *sites* de comércio eletrônico para comprar produtos de seu interesse, Maria percebeu que estava sendo redirecionada para *sites* muito semelhantes aos verdadeiros, mas que não ofereciam conexão segura, nem certificado digital. Pela característica do problema, é mais provável que Maria esteja sendo vítima de

- (A) vírus.
- (B) *worm*.
- (C) *trojan*.
- (D) *backdoor*.
- (E) *pharming*.

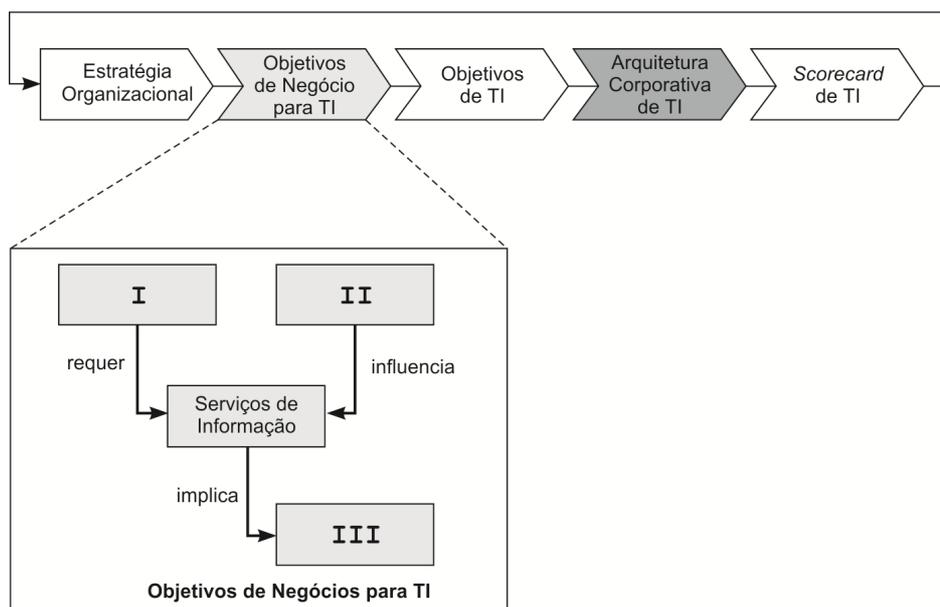
82. Considere o esquema abaixo.



No processo de envio do arquivo, houve garantia de

- (A) integridade, autenticação e sigilo.
- (B) autenticação e sigilo, apenas.
- (C) integridade, apenas.
- (D) sigilo, apenas.
- (E) integridade e autenticação, apenas.

83. NÃO é uma recomendação contida na seção da Norma ISO/IEC 27002, que trata da estrutura do plano de continuidade do negócio, que
- (A) cada plano especifique o plano de escalonamento e as condições para sua ativação, assim como as responsabilidades individuais para execução de cada uma das atividades do plano.
 - (B) uma estrutura básica dos planos de continuidade do negócio seja mantida para assegurar que todos os planos sejam coerentes e que haja um único gestor para todos os planos evitando, assim, divergências nas decisões.
 - (C) procedimentos de recuperação para serviços técnicos alternativos, como processamento de informação e meios de comunicação, sejam normalmente de responsabilidade dos provedores de serviços.
 - (D) procedimentos de emergência, de recuperação, manual de planejamento e planos de reativação sejam de responsabilidade dos gestores dos recursos de negócios ou dos processos envolvidos.
 - (E) procedimentos do programa de gestão de mudança da organização sejam incluídos para assegurar que os assuntos de continuidade de negócios estejam sempre direcionados adequadamente.
84. De acordo com o COBIT 4.1, a figura abaixo ilustra como a estratégia da empresa deveria ser traduzida pela área de negócios em objetivos relacionados às iniciativas de TI (objetivos de negócios para TI).



Os itens I, II e III da figura referem-se correta e respectivamente a:

- (A) Necessidades da empresa; Características do negócio; Relatórios de informação.
 - (B) Processos de negócio; Processos de governança; Processos informatizados.
 - (C) Requisitos de negócio; Requisitos de governança; Critérios de informação.
 - (D) Planejamento estratégico; Necessidades do negócio; Governança de TI.
 - (E) Objetivos organizacionais; Direcionadores de governança; Resultados dos negócios.
85. Considere as características abaixo.
- Organização híbrida, com parte das responsabilidades de TI centralizadas e parte alocadas às áreas de negócio.
 - Combina otimização de custos compartilhados com flexibilidade no atendimento de necessidades pontuais.
 - Infraestrutura básica e aplicações corporativas tipicamente centralizadas, com possível repasse de custos.
 - Independência das áreas de negócio para o desenvolvimento de soluções locais, com equipes próprias.
 - Demanda esforços significativos para manter aderência das soluções locais aos padrões da arquitetura corporativa.
 - Tem como desafio encontrar o ponto de equilíbrio entre padronização (ganhos de escala) e independência (flexibilidade).
- São características da estrutura organizacional
- (A) Federativa.
 - (B) Centralizada.
 - (C) Descentralizada.
 - (D) Baseada em projetos.
 - (E) Otimizada.



86. Considere as afirmações abaixo.

- I. Consiste na separação entre as funções de autorização, aprovação de operações, execução, controle e contabilização, de tal maneira que nenhum funcionário detenha poderes e atribuições em desacordo com este princípio de controle interno.
- II. Está relacionado com o RBAC (*Role Based Access Control*), que denomina um projeto do NIST/INCITS, cujo objetivo é padronizar um modelo para prover e administrar privilégios de acesso em uma organização.
- III. Proíbe o usuário de, exercendo certa atividade, executar outra atividade ao mesmo tempo que implique em risco operacional para o negócio; a hierarquia organizacional reflete a estrutura dos papéis desempenhados pelos colaboradores dentro da organização.
- IV. Refere-se ao controle de acesso baseado no papel, na atividade ou na função que o colaborador exerce dentro da organização; possibilita ter uma visão do privilégio de acesso de forma corporativa e não apenas por sistema.

Sabendo que **SF** refere-se à **Segregação de Funções** e **PF** refere-se à **Perfil por Função**, as afirmativas de I a IV são corretas e respectivamente, relacionadas a:

- (A) SF; SF; PF; PF.
- (B) PF; PF; SF; SF.
- (C) PF; SF; SF; SF.
- (D) SF; PF; SF; PF.
- (E) SF; PF; PF; PF.

87. ...declarações recentes de líderes do Ministério do Planejamento e do Tribunal de Contas da União indicam claramente a insatisfação e os riscos envolvidos com o modelo atual.

Duas alternativas devem ser consideradas: a TNS e a PPP. A TNS é a forma mais evoluída de contratação de serviços e é indicada para todo grupo de processos cuja capacitação e relação custo-benefício sejam superiores se operados por empresa externa. Neste grupo, situam-se operações de logística e distribuição, manutenção, alguns tipos de centrais de atendimento e, principalmente, operações de TI. A PPP é a forma mais evoluída de repartir investimentos e riscos com a iniciativa privada, alavancando recursos que o governo sozinho não teria disponíveis, a partir dos quais seriam erigidos serviços conjuntos nos mesmos moldes da TNS.

(Adaptado de: <http://www1.serpro.gov.br/publicacoes/tema/173/materia12.htm>)

O artigo acima trata de uma prática na Administração pública que se refere à

- (A) Aquisição de sistemas ERP.
- (B) Terceirização de serviços.
- (C) Contratação de serviços sem licitação.
- (D) Implantação da ITIL.
- (E) Implantação do COBIT.

88. A gestão de riscos é um elemento central na gestão das estratégias de qualquer organização. A gestão de riscos é um processo que

- I. deve analisar todos os riscos inerentes somente às atividades presentes e futuras de uma organização.
- II. contribui para a melhoria da tomada de decisões, do planejamento e da definição de prioridades, através da análise das atividades do negócio, da volatilidade dos resultados e das oportunidades/ameaças.
- III. deve traduzir as estratégias em objetivos táticos e operacionais, atribuindo responsabilidades na gestão dos riscos por toda a organização, como parte integrante da respectiva descrição de funções.
- IV. deve ser definido uma única vez quando da definição da estratégia da organização, e ser integrado em sua cultura com uma política eficaz e um programa criado e conduzido pelos membros do departamento de TI da organização.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

89. A ITIL v3, no estágio Estratégia do Serviço, se refere a uma atividade que identifica funções vitais de negócio e as suas dependências, que podem incluir fornecedores, serviços de TI, pessoas e outros processos de negócio. Esta atividade define os requisitos de recuperação para serviços de TI, que incluem objetivos de tempo de recuperação e de ponto de recuperação e as metas de nível de serviço mínimas para cada serviço de TI.

Esta atividade é definida como

- (A) Análise de Impacto no Negócio.
- (B) Gerenciamento de Continuidade de Negócio.
- (C) Plano de Continuidade de Negócio.
- (D) Análise da Árvore de Falha.
- (E) Análise de Recuperação Gradativa.



90. Em relação ao processo e organização da função de auditoria de TI, é correto afirmar:
- (A) A responsabilidade por aspectos técnicos específicos de TI permanece com os dirigentes da organização e não pode ser delegada. Mas, a responsabilidade pelo uso e entrega aceitável, eficaz e eficiente da TI pela organização pode ser delegada aos gerentes.
 - (B) Controle externo é uma ferramenta do gestor usada para prover razoável certeza de que os objetivos da Administração estão sendo alcançados.
 - (C) O gestor e a alta Administração são responsáveis pelos controles da organização, mas os processos de gestão de risco são delegados e controlados pela equipe de TI.
 - (D) Auditores são parte do modelo governamental de controle interno, mas eles não são responsáveis pela implementação dos procedimentos de controle em uma organização. Este trabalho é do gestor.
 - (E) As etapas típicas de uma auditoria de TI são: Planejar; Organizar; Adquirir; Implementar; Entregar; Monitorar e Avaliar.
-
91. Durante um processo de auditoria externa independente, na área financeira contábil de uma entidade, instaurou-se uma auditoria interna para avaliar os sistemas de atestação de acessos aos sistemas de informação. Segundo as recomendações de prática de auditoria, o Auditor Interno da TI deve
- (A) estar subordinado ao gerente de TI responsável pelos processos de gestão de acesso, ou gerente responsável pela segurança de informações.
 - (B) ter autonomia de ação, não estando sujeito a constrangimento profissional ou subordinação que comprometa sua liberdade de ação.
 - (C) dar publicidade para qualquer interessado sobre todas as informações que obtiver durante o processo de auditoria.
 - (D) estar vinculado a uma entidade externa e independente da entidade auditada, ou seja, não deve fazer parte do quadro de funcionários da entidade auditada.
 - (E) controlar os trabalhos do auditor externo independente e monitorar os resultados apresentados por este.
-
92. Para um Auditor que examinará os controles internos da área de tecnologia da informação, NÃO é fator determinante do escopo da auditoria:
- (A) a materialidade.
 - (B) a natureza de negócio da entidade.
 - (C) a inexistência de riscos de auditoria.
 - (D) as exigências legais e regulatórias.
 - (E) as características de organização da entidade.
-
93. Uma empresa foi contratada pela primeira vez para prestar serviços de auditoria sobre as atividades da área de TI de uma instituição. Os trabalhos de auditoria foram executados sem observância de trabalhos anteriores que haviam sido realizados por outras empresas de auditoria, os quais são relevantes para o objetivo da auditoria. Na execução da auditoria foi alocado um Auditor que não era especialista em TI. Assim sendo,
- (A) a prática de não consultar pareceres de auditorias anteriores foi correta para garantir o princípio da isenção.
 - (B) a alocação de um Auditor não especializado em TI foi correta para garantir maior nível de investigação, provocando exploração minuciosa através da indagação sobre os assuntos técnicos.
 - (C) a alocação de um Auditor não especializado em TI foi correta para garantir o princípio de isenção de avaliação e dos pareceres.
 - (D) a prática de não consultar pareceres de auditorias anteriores foi incorreta, pois o planejamento dos trabalhos de auditoria deve incluir o uso de trabalhos anteriores relevantes.
 - (E) o Auditor alocado pode não ser especializado na área de auditoria, desde que utilize os trabalhos de auditorias anteriores.
-
94. Após concluir um processo de auditoria interna sobre a proteção de dados e informações armazenadas em meio magnético para *backup*, o Auditor emitiu um parecer com negativa de opinião. Esse parecer demonstra que
- (A) não foi encontrado qualquer fato que aponte descumprimento de normas estabelecidas na entidade auditada para a proteção de dados.
 - (B) a proteção ocorre, praticamente, dentro das normas estabelecidas na entidade auditada, existindo uma ou mais exceções que não comprometem de forma expressiva os compromissos.
 - (C) a proteção de dados e informações ocorre totalmente fora das normas estabelecidas na entidade auditada.
 - (D) o Auditor não concluiu os trabalhos, sendo esse parecer um documento preliminar de uma auditoria em andamento.
 - (E) o Auditor não emitiu opinião por não ter obtido evidência adequada para fundamentar seus argumentos.



95. Na compra de equipamentos de informática para uso pelas Forças Armadas, que NÃO são materiais de uso pessoal e administrativo, os quais devem manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto e com comprovação de que a exiguidade dos prazos legais de licitação pode comprometer a normalidade e os propósitos das operações, segundo a Lei nº 8.666/1993 e atualizações, a licitação é
- (A) dispensável, consideradas as condições apresentadas.
 - (B) indispensável, em razão de se tratar de aquisição militar.
 - (C) indispensável, em função de não se tratar de equipamento de uso pessoal.
 - (D) dispensável, somente se houver transferência de tecnologia do fornecedor.
 - (E) indispensável, em razão da exclusividade de fornecimento.
-
96. O preposto do Tribunal de Contas do Estado de Goiás para um contrato de serviços de implantação de um sistema integrado de gestão que não inclui o fornecimento do *software* ou equipamentos, NÃO precisa considerar, para liberar pagamentos,
- (A) a vistoria que ateste o cumprimento dos compromissos do projeto.
 - (B) a existência de termo circunstanciado de recebimento provisório dos serviços.
 - (C) a comprovação da adequação do objeto de fornecimento aos termos contratuais.
 - (D) o cumprimento regular de todas as cláusulas contratuais.
 - (E) o atendimento de determinações da autoridade designada para fiscalizar o contrato.
-
97. Em determinado Tribunal de Contas, todas as compras de serviços de engenharia para a instalação de redes de comunicação e infraestrutura para *datacenter* seguem a modalidade de licitação de tomada de preços, seja qual for o valor envolvido na transação. A utilização da modalidade de tomada de preços é
- (A) correta, pois é a única modalidade de licitação permitida para qualquer situação de compra de serviço.
 - (B) incorreta, pois essa modalidade de licitação para projetos de engenharia só pode ser aplicada para compras até R\$ 5.000,00.
 - (C) correta, pois é a única modalidade permitida em projeto de engenharia como o relatado no caso.
 - (D) incorreta, pois a escolha dessa modalidade depende do valor envolvido na licitação e das características técnicas do fornecimento.
 - (E) correta, pois não existe restrição dessa modalidade para projetos voltados para atender infraestrutura de tecnologia.
-
98. No fornecimento de *notebooks* sem serviços agregados de configuração ou instalação para uma unidade de serviços públicos, adotou-se o tipo de licitação por melhor técnica, o qual é
- (A) correto, pois o fornecimento de produtos de tecnologia exige avaliação, predominantemente, técnica.
 - (B) correto, pois se trata do fornecimento de bens de uso pessoal, que prevê obrigatoriedade desse tipo de licitação.
 - (C) incorreto, pois as licitações de melhor técnica são aplicáveis somente para serviços de natureza, predominantemente, intelectual.
 - (D) incorreto, pois licitações da área de TI devem aplicar sempre o tipo de licitação de melhores técnicas e preços.
 - (E) incorreto, pois as licitações de melhor técnica não são aplicáveis para fornecimentos de produtos e serviços de informática.
-
99. Em uma auditoria de contratos firmados pela área de TI, o Auditor registrou achados de auditoria, os quais são
- (A) fatos sobre os contratos apontados pelo auditado como aqueles que devem ser considerados na auditoria, com avaliação corroborada entre auditado e Auditor.
 - (B) padrões de trabalho determinados no manual técnico de auditoria, utilizado por todo Auditor interno operacional e externo operacional.
 - (C) fatos não relacionados com o escopo da auditoria, que podem ser de interesse da entidade em futuros trabalhos de auditoria interna.
 - (D) fatos relevantes para sustentar as conclusões da auditoria, os quais devem ser devidamente evidenciados.
 - (E) pareceres do Auditor, emitidos ao final dos trabalhos de auditoria ou constantes em relatórios intermediários de andamento dos trabalhos.
-
100. Durante um projeto da área de TI para uma entidade governamental foi necessário adquirir microcomputadores que não constavam do orçamento original e não tiveram indicação prévia dos recursos orçamentários que seriam aplicados. Considerando a Lei nº 8.666/1993 e atualizações, essa compra pode ser caracterizada como
- (A) irregular, pois todas as compras no setor público devem ter caracterização do objeto com indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento.
 - (B) irregular, pois somente é possível realizar compras sem vínculo orçamentário em caso de serviços de TI e não para compra de bens.
 - (C) regular, pois os itens de informática são exceção à exigibilidade de orçamento, sendo possível a livre aquisição.
 - (D) regular, pois os bens adquiridos constituirão patrimônio da entidade pública, caracterizando movimentação de capital empregado sem perda patrimonial, não sendo necessário orçamento.
 - (E) regular, uma vez que é previsto realizar aquisições sem necessidade de orçamento aprovado, desde que justificado o esquecimento.